

# AS FASES E FACES DO DESEMPREGO E DA OCUPAÇÃO NA GRANDE BELO HORIZONTE: 1996-2003<sup>1</sup>

Mario Marcos Sampaio Rodarte \*  
Eliza Antonia de Queiroz \*\*

## Introdução

A taxa de desemprego, principal índice que mensura o comportamento conjuntural do mercado de trabalho, apontou diferentes tendências ao longo do período que se objetiva estudar: de meados da década de 1990 até 2003. O que se pretende fazer é periodizar o passado recente, e em seguida, decompor os fatores que resultam na taxa de desemprego, de um lado, o exame da evolução do crescimento dos postos de trabalho, e de outro lado, a dinâmica do crescimento da população economicamente ativa (PEA). O principal objetivo, com esse estudo, além de apontar períodos distintos do mercado de trabalho, é aventar os principais causadores dos movimentos que caracterizam cada um dos períodos, tanto pela evolução do nível ocupacional, quanto pelo comportamento da PEA.

Deve-se ter que a taxa de desemprego, apesar de ter uma fórmula simples de duas variáveis (desempregados/ PEA), é uma resultante de outros dois fenômenos que reagem de formas diferentes às flutuações da atividade econômica: são eles o crescimento da ocupação (que, em geral, cresce com o PIB, dado o padrão tecnológico), e o crescimento da PEA, representando a entrada de pessoas no mercado de trabalho (que não obedece linearmente à lógica econômica, e é mais determinada por fatores demográficos, sendo o mais imperativo, o crescimento da população em idade ativa – PIA, pelo crescimento vegetativo da população, ou pela imigração). Se diferentes metodologias possuem conceitos diferentes de ocupação e da PEA, então por extensão, poderão ter taxas de desemprego distintas, com níveis diferentes, mas também com comportamentos distintos no tempo.

Como as várias estatísticas sobre mercado de trabalho no Brasil apontaram a sua precarização, achou-se oportuno analisar esse período pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, pesquisa cuja metodologia busca captar, de forma mais abrangente, o fenômeno do desemprego. A PED, de metodologia do DIEESE/SEADE, é desenvolvida

---

<sup>1</sup> Este texto contou com valiosas sugestões e correções da equipe de análise da PED-RMBH da CEI/Fundação João Pinheiro, sobretudo de Danilo Gomes de Freitas e Plínio de Campos Souza, embora o texto seja de exclusiva responsabilidade dos autores.

\* Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG e Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo DIEESE.

\*\* Mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisadora pelo CNPq e DIEESE.

atualmente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre, e no Distrito Federal, mediante parcerias com entidades dos governos estaduais.

Com ênfase na região metropolitana de Belo Horizonte, o presente texto trata em seu primeiro item de descrever a dinâmica do desemprego metropolitano. No segundo item, observa-se a evolução da geração de postos de trabalho, entre 1996 e 2002; e no terceiro item, o comportamento da PEA frente ao cenário apresentado do mercado de trabalho, no mesmo período. A caracterização do desemprego é feita no quarto tópico.

## **I. Evolução e discontinuidades da taxa de desemprego metropolitana**

O surgimento da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego está vinculado ao momento de crise econômica no início da década de 1980. Até então, os pólos industriais, principalmente o da região metropolitana de São Paulo, sobretudo nas décadas anteriores de 1960 e 70, vinham estruturando seu mercado de trabalho e absorvendo mais e mais contingentes migratórios de outras regiões do Brasil. A interrupção da dinâmica de crescimento vultoso de postos de trabalho pela crise econômica agravou um problema que era visto como marginal, ou seja, o crescimento do número de pessoas desempregadas, bem como o aumento da demora em se obter uma colocação.

Em decorrência disso, é nessa época que no Brasil se começa a surgir indicadores sobre o mercado de trabalho. Mas havia uma clara insatisfação da sociedade pelos dados oficiais, que ao adotar uma metodologia mais afeita a captar o fenômeno do desemprego nos países industrializados, de mercados de trabalho estruturados, acabava por indicar um desemprego baixo, flagrantemente contraditório com o que se intuía do estado de convulsão social decorrente do colapso econômico.

Da experiência pioneira da PPVE<sup>2</sup>, foi desenvolvida a metodologia da PED, que além de captar o desemprego aberto, comparável a outros países centrais, procurava investigar formas “camufladas” de desemprego ao utilizar um conceito mais amplo de desocupação, que inclui o desemprego oculto pelo trabalho precário, e o desemprego oculto pelo desalento (Quadro 1, no Anexo). Sua bem sucedida aplicabilidade na Região Metropolitana de São Paulo, desde 1985, fez com que a metodologia da PED fosse replicada nas áreas metropolitanas de outros estados do país, principalmente a partir da década de 1990, como é o

---

<sup>2</sup> Em um dos artigos que discutia o emergente desafio do desemprego, no III Encontro Nacional da ABEP, em 1982, e que utilizou as informações da PPVE-DIEESE, apurava-se que “a força de trabalho desempregada” nos meses de abril a maio de 1981, representava 13,2% da população economicamente ativa na RMSP (BARELLI, TROYANO, 1982: 23). Pela PME-IBGE, em maio de 1982, o desemprego atingia apenas 5,4% da população economicamente ativa. Outro texto do período (TROYANO, MATTOSO & HOFFMANN, 1984) trata mais detidamente as diferenças metodológicas entre a PPVE-DIEESE, PED-SEADE/DIEESE e PME-FIBGE.

caso da Grande Belo Horizonte, que com um convênio firmado com a Fundação João Pinheiro e a Secretaria do Trabalho do Estado (hoje SEDESE) passou a divulgar os índices do mercado de trabalho em dezembro de 1995.

A sincronia da evolução das taxas de desemprego, observada desde final da década de 1980, sugere que o mercado de trabalho tem uma dinâmica muito mais influenciada pelas políticas econômicas nacionais, e à evolução de variáveis macroeconômicas, que por determinantes regionais. As especificidades econômicas dos estados estariam relacionadas, quase sempre, com os níveis diferenciados das taxas de desemprego em suas áreas metropolitanas (Gráfico 1), embora em períodos maiores, possa-se observar melhora relativa do mercado de trabalho como aconteceu com a região metropolitana de Porto Alegre em relação à de Belo Horizonte, a partir de 1999.

Ao analisar o desemprego nas regiões metropolitanas com estatísticas mais longevas (São Paulo, Distrito Federal, e Porto Alegre), constata-se que a história da década de 1990 é a história do crescimento do desemprego, descontados alguns momentos de tímida recuperação. A evolução da taxa de desemprego da região metropolitana de Salvador, apesar de descontinuada entre 1989 a 1996, corrobora esta afirmação. De outro lado, a evolução da taxa de desemprego das regiões metropolitanas com séries mais jovens (Recife e Belo Horizonte) sugere que o desemprego seria menor no início da década de 1990. Já as pequenas séries interrompidas de Belém e Curitiba mostram níveis baixos de desemprego no início e meados da década, respectivamente, mas apontando no curto período de existência, no caso de Curitiba, principalmente, para uma trajetória de ascensão da proporção de desempregados na PEA, de 1995 a 1997 (Tabela 1).

A política econômica da década de 1990 pode ser caracterizada por uma agenda pautada pela abertura comercial acompanhada de austeridade monetária, sem vínculos com qualquer política industrial, com o fim único de estabilização monetária. Os períodos de maior crescimento do desemprego coincidem justamente com os momentos em que essa agenda política mais influenciou negativamente a produção nacional.

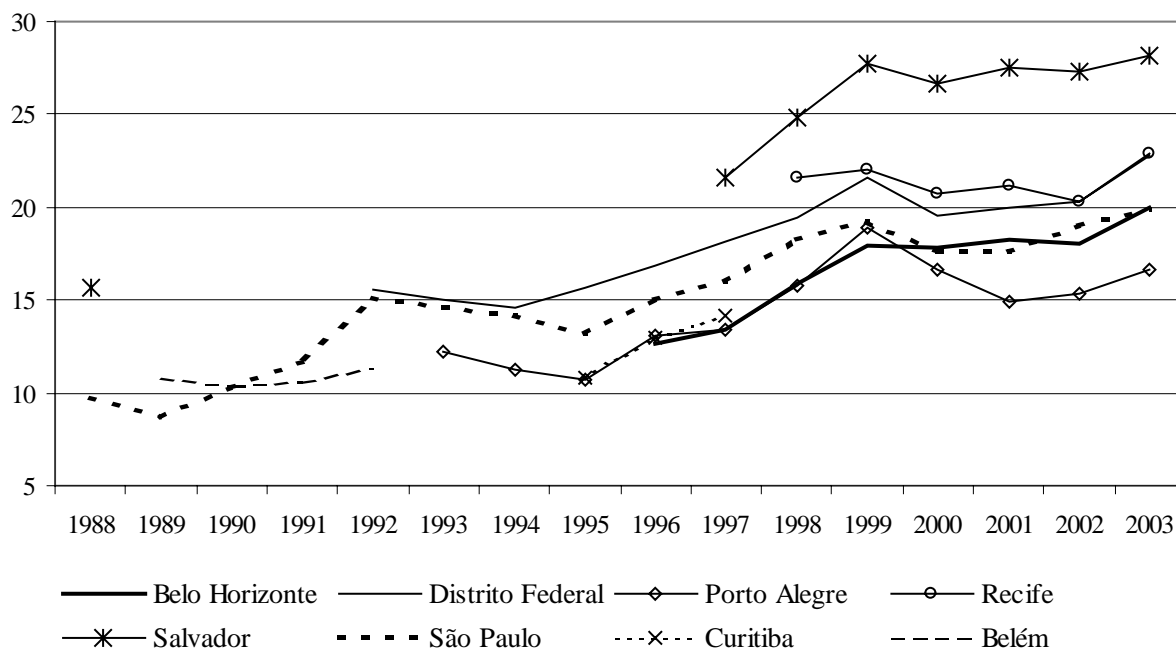
O primeiro momento de revés no mercado de trabalho foi o de 1990 a 1992, caracterizado pela primeira tentativa de estabilização econômica, com o “Plano Collor” ou “Brasil Novo”. Nesse período, o PIB retraiu 4,8%, e a taxa de desemprego na Grande São Paulo, que atingira o menor patamar em 1989 (8,7%), desde que a pesquisa havia sido implantada, ampliou 74,7%, ao passar para 15,2% da PEA, em 1992.

O interregno compreendido entre o governo Collor e o primeiro ano do Plano Real, de 1993 a 1995, com uma política monetária mais frouxa, foi o momento em que se verificou

crescimento do PIB e redução nas taxas de desemprego, sem contudo, voltar ao nível apresentado no final da década de 1980, para o caso da Grande São Paulo. De fato, nenhuma região metropolitana pesquisada, na década de 90, apresentou taxas de desemprego total de um dígito, tal como observou-se entre 1986 e 1989, na região metropolitana paulista.

**Gráfico 1**  
**Médias anuais das taxas de desemprego total**  
**Distrito Federal e regiões metropolitanas**  
**1988-2003**

(Em % da PEA)



Fonte: DIEESE/SEADE/MTE-FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. (Tabela 1).  
 Elaboração própria.

Entre 1996 e início de 1999, o mercado de trabalho conheceu o lado mais negativo da política de câmbio fixo, seja, o atributo de “importar crises” de outros países, sendo as principais, a do Sudeste Asiático (1997) e a da Rússia (1998). Nessas situações de crise, há um esgotamento da liquidez do estado anterior, e a manutenção do câmbio é feita elevando as taxas de juros. Se a política cambial já estava irrealista, tornou-se insustentável com esses eventos, o que redundou no colapso cambial e mudança de regime, já em janeiro de 1999.

A magnitude da “importação da crise” pode ser sugerida pela escalada do desemprego em todas as regiões metropolitanas analisadas (Tabela 1). Nesse período, não se passava de um ano ao outro sem que houvesse elevação de um a dois pontos percentuais, pelo menos. Na Grande São Paulo, entre 1997 e 1998, a taxa de desemprego elevou 2,3 pontos percentuais, ao mesmo tempo em que a referida taxa da área metropolitana de Salvador ascendia 3,3 pontos percentuais.

O período que sucedeu a época em que vigorou o Plano Real, na sua primeira

formulação, surpreendeu, menos pela reação da atividade econômica, que pela melhora em alguns indicadores do mercado de trabalho, sendo que em algumas regiões metropolitanas, houve algum ensaio de reversão da elevação do desemprego. Os itens que seguem tratarão de analisar os principais elementos que influem na evolução do desemprego nas etapas mais recentes.

## **II. Dinâmica da ocupação e setores de atividade**

O nível ocupacional, entre 1996 e 2003, evoluiu de forma descontinuada, tanto no que se refere ao perfil dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), como também no ritmo de crescimento ocupacional..

Um dos aspectos marcantes na evolução ocupacional, entre 1996 e 1999, foi a baixa capacidade da atividade produtiva em gerar postos de trabalho. Com exceção do ano de 1997, houve, sim, uma progressiva redução no número de ocupados. Com isso, o nível ocupacional havia crescido apenas 1,1% a. a. até 1999. A dinâmica ocupacional altera-se expressivamente a partir de então, com uma ampliação média de 3,7% a. a. até 2002, e de 3% em 2003. Se no primeiro período, até 1999, gerava-se, em média, apenas 18 mil postos de trabalho a cada ano, esse número havia saltado para 60 mil ocupações/ano até 2002 e 54 mil em 2003 (Tabela 3).

Em relação aos setores de atividade econômica, dois movimentos distintos afetaram a composição dos ocupados, entre 1996 e 1999: de um lado, constatou-se um decréscimo dos ocupados na indústria, com uma taxa de variação média anual de -2,6% a. a. no período, (equivalendo a menos 6 mil ocupados/ano); por outro lado, observou-se uma expansão de postos de trabalho no setor de serviços (2,3% a. a.), sendo este o setor responsável pela quase totalidade do aumento ocupacional global ocorrido no período, com acréscimo de 20 mil ocupações/ano. Nessa fase, o comércio e a construção civil obtiveram um crescimento mais modesto que os serviços (0,8% a. a. e 1,6% a. a., respectivamente)

Já na segunda fase em diante (2002 em relação a 1999, e 2003), todos os setores de atividade apresentaram aumento ocupacional, o que redundou na expansão do número agregado de ocupações. O nível ocupacional na indústria inverteu sua trajetória de retração e passou a crescer 3,9% a. a., entre 1999 e 2002, e 3,1% em 2003. No entanto, esse crescimento mantêm-se inferior ao do setor de serviços, que expandiu 4,2% a. a., entre 1999 e 2002, e 4,6%, em 2003. A exceção ao crescimento generalizado, nesta segunda fase, ocorreu no setor da construção civil, cujo declínio da ocupação foi de 2,4% a. a., entre 1999 e 2002, e evoluiu para uma retração mais expressiva em 2003 (4,9%). O nível ocupacional no comércio, por sua vez, expandiu expressivamente entre 1999 e 2002 (4,5% a. a.), mas manteve-se relativamente

estável em 2003 (0,4%).

Fica destacado, durante todo o período analisado, o processo de terciarização, que ocorreu de forma muito intensa até 1999, com a redução relativa e absoluta do nível ocupacional na indústria combinada com a expansão do setor terciário, principalmente os serviços, e de todos os seus subsetores, mas em especial o dos “produtivos e governo” e “sociais”.

Segundo a forma de inserção, notou-se que embora os ocupados nas categorias de assalariados e autônomos tenham evoluído positivamente ao longo de todo o período analisado, foi possível identificar comportamentos diferenciados ao longo do tempo. No período entre 1996 e 1999 o maior aumento ocupacional ocorreu entre os trabalhadores na condição de autônomos (4,7% a. a.), enquanto que o assalariamento crescia apenas 0,3% a. a. Na fase seguinte (1999 a 2002), houve um crescimento mais expressivo dos trabalhadores assalariados (4,9% a. a.), embora se tenha mantido positiva a taxa de crescimento dos autônomos (2,2% a. a.). Nova inversão ocorreu em 2003, com o crescimento dos autônomos (3,8%) sendo superior ao dos assalariados (2,5%) (Tabela 4).

Um outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se à evolução das subcategorias dos assalariados do setor privado subcontratos e dos autônomos (ou conta-própria) que trabalham para empresas, pois são indícios do movimento de terceirização. Entre 1996 e 1999, essas foram as subcategorias que mais cresceram, juntamente com o autônomo que trabalha para o público em geral. De cada 7 mil trabalhadores que ingressavam no assalariamento no setor privado por ano, 3 mil dirigiam-se a atividades subcontratadas, ou seja, para trabalhar em um local distinto do qual se pagava. Um mesmo número de trabalhadores autônomos, a cada ano, eram chamados a prestar serviços nas empresas. A reversão dessas tendências é acentuada entre 1999 e 2002. Pode-se perceber nesse segundo período, uma ligeira redução absoluta dos assalariados subcontratados e uma diminuição do crescimento dos autônomos para empresas. Mas essa reversão não se estende até 2003, pois volta-se a verificar nesse momento, que o setor privado tornou a fazer mais uso dessas formas de contratação, pois foram as subcategorias que mais cresceram no ano. Das 10 mil vagas abertas no setor privado, todas elas se destinavam a postos subcontratados, e o crescimento dos autônomos que trabalham para empresas foi ainda maior (13 mil).

Entre 1996 e 1999, pode-se perceber uma retração do número de empregadores (2 mil ao ano) e do contingente de assalariados do setor público (3 mil ao ano), o que pode sugerir a crise econômica afetando tanto o setor privado quanto o público. A partir de 1999, tem-se uma reversão desses números, que passam a crescer de uma forma relativamente linear até o

final do período analisado.

A classificação da categoria ocupacional adotada neste trabalho faz uma tipologia das ocupações, organizando-as hierarquicamente (Tabela 5). No topo estariam os cargos de direção e planejamento. Nas funções inferiores, estariam categorias ocupacionais ligadas à execução de tarefas e também, de apoio às atividades fins. Quando se desagrega o total de ocupados na RMBH segundo esta classificação, observou-se que no período entre 1996 e 1999 houve uma diminuição (3,4% a. a.) dos ocupados em cargos de direção e planejamento, em decorrência da redução absoluta do número de empresários, diretores e gerentes (9,8% a. a.). Nesse período, crescem as atividades de execução (1,9% a. a.), em decorrência do aumento das subcategorias semi qualificadas e qualificadas; e da categoria de apoio (1,3% a. a.), devido ao crescimento dos serviços gerais, e não operacionais.

No período seguinte (1999 a 2002), embora tenha havido crescimento ocupacional generalizado, verificou-se que o maior aumento incidiu nas ocupações de direção e planejamento (4,6% a. a.), seguido do grupo ocupacional de apoio (4,2% a. a.), influenciado principalmente pelo crescimento do número de trabalhadores exercendo atividades não operacionais. Em 2003, observou-se que o crescimento de ocupados ocorreu no apoio, sobretudo nas atividades ligadas aos serviços gerais (12,8%). As subcategorias de execução qualificadas (9,2%) e semi qualificadas (1,8%) influenciaram o crescimento da categoria de execução. Já os cargos de direção e planejamento cresceram de forma limitada (0,9%), em relação ao período anterior.

Diante desta verificada alteração qualitativa no perfil da população ocupada na RMBH, um segundo ponto de investigação é acerca dos rendimentos dos ocupados. Ao longo do período do estudo, por um lado houve expansão do número de ocupados na RMBH, mas por outro lado, verificou-se uma queda dos rendimentos auferidos pelos ocupados ao longo de todo o período, também com diferenças nos dois primeiros subperíodos analisados.

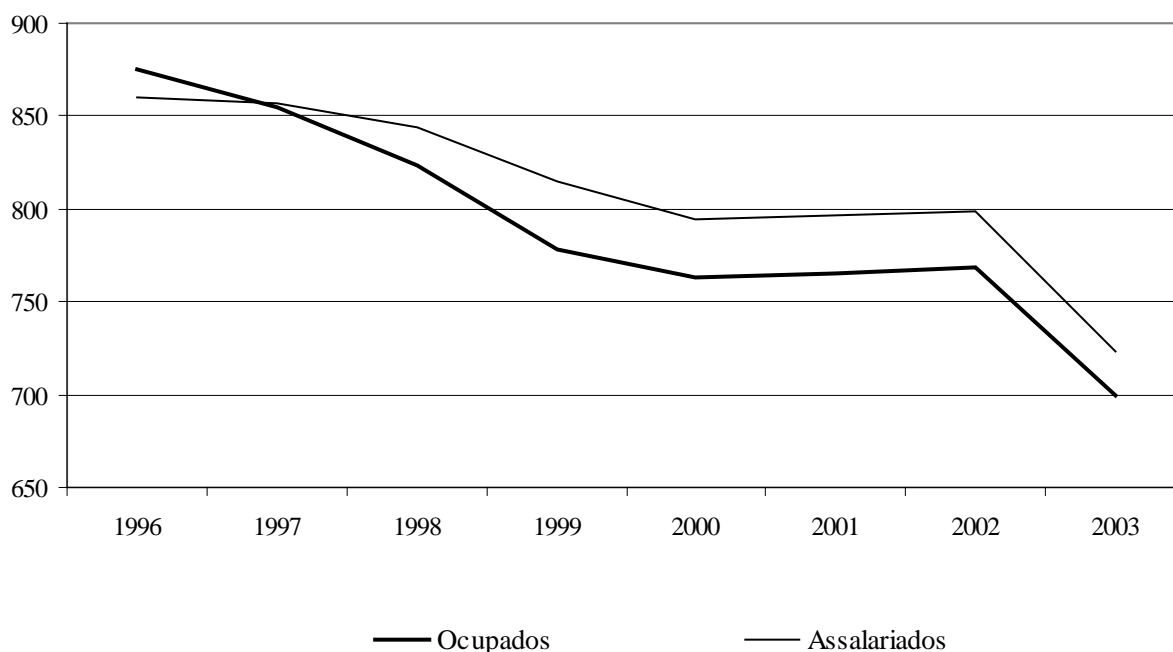
Em relação aos rendimentos auferidos pelos ocupados, foram identificadas diferenças mais quantitativas do que propriamente qualitativas, com uma queda bem menor dos rendimentos reais médios na segunda fase (0,4% a. a., entre 1999 e 2002), em relação à primeira (3,8% a. a., entre 1996 e 1999) (Tabela 6). Nesse primeiro momento, por ter havido uma relativa estabilidade monetária, a redução do rendimento incidiu mais entre os ocupados não assalariados, que tinham um rendimento variável, sobretudo entre os autônomos (6,0% a. a.) e também entre os empregadores (4,4% a. a.). Esses movimentos fazem com o salário real, a princípio, inferior ao valor do rendimento médio dos ocupados em geral, exceda a esse rendimento médio ainda no começo do primeiro período, apesar de conservarem as mesmas

tendências ao longo de tempo de análise. Deve-se observar que até 1999, as poucas formas de inserção que tiveram aumento de rendimento (assalariados subcontratados, 3,6% a. a.; empregados domésticos mensalistas, 3,1% a. a.) tinham um rendimento baixo, próximo ao valor do salário mínimo, e que também, pela forma de contratação, tinham rendimentos menos flexíveis que outras formas, como os autônomos que trabalhavam para o público e empregados domésticos diaristas, que tiveram perdas expressivas de rendimento.

Em 2003, verifica-se uma expressiva perda de poder aquisitivo do rendimento do trabalho (9,0%), experimentada por todas as formas de inserção analisadas, sendo as principais reduções ocorridas entre os autônomos (15,2%), sobretudo os que trabalhavam para empresas (19,7%); e entre os assalariados sem carteira assinada (17,7%).

**Gráfico 2**  
**Evolução do rendimento real médio dos ocupados e salário**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996 - 2003**

(Em R\$ de dez/03)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG (Tabela 6).

Segundo as categorias ocupacionais (Tabela 7), fica mais evidente que foi nas categorias de menor rendimento, onde se registraram as menores perdas ou mesmo uma ligeira majoração de rendimento, tanto no primeiro como no segundo subperíodo. Vale citar na execução, as ocupações não qualificadas; e no apoio, as não operacionais e os serviços gerais. Em 2003, as perdas expressivas e generalizadas de rendimento só não foram observadas entre os empresários, diretores e gerentes.

Os atributos pessoais influenciam não somente à condição de ocupados ou desocupados,



como principalmente as diferenças de rendimentos reais médios dos ocupados. Uma primeira relação existente é entre o sexo do ocupado e o rendimento, sendo que os homens ao longo de todo o período recebem relativamente mais do que as mulheres. Comparativamente também o chefe de domicílio auferia rendimentos superiores em relação aos demais membros do domicílio. Os dados ressaltam ainda a desigualdade racial, evidenciando que os indivíduos de cor branca recebem relativamente mais do que os de cor não branca. Por idade dos ocupados, verificou-se que os mais jovens (com idade entre 10 e 17 anos) recebem relativamente menos. Outro dado importante para os ocupados na RMBH refere-se ao nível de escolaridade dos indivíduos, que confirma que um maior grau de instrução confere maiores rendimentos. No entanto, considerando qualquer um destes atributos pessoais houve, em geral, uma redução do ritmo de perda de poder aquisitivo do rendimento no período 1999 a 2002, em relação à fase 1996 a 1999, mas que tornou-se a agravar em 2003. Nesse último ano, verificou-se a ampliação de algumas assimetrias já existentes, como a redução de rendimentos mais expressiva entre as mulheres, entre as pessoas de 60 anos e mais, e entre os membros não-chefes no domicílio.

### **III. O comportamento da PEA**

A diferenciação do comportamento da população economicamente ativa, entre o período de meados até o final da década de 1990, e o dos anos que se seguiram, é basicamente quantitativa, com um crescimento menos acelerado no primeiro, que nos anos posteriores, embora deva-se ressaltar que a PEA cresceu num ritmo superior ao da PIA durante todo o período analisado (Tabela 2).

Já as transformações da composição da PEA estão presentes tanto em um período quanto em outro. Destas mudanças qualitativas, vale destacar o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, (que foi principal motivo da elevação da PEA acima do nível de crescimento da PIA), bem como dos membros não-chefes do domicílio, o esforço de escolarização da sociedade e a saída de idosos e crianças do mercado de trabalho (Tabela 10).

Ainda sobre o aspecto quantitativo, entre 1996 e 1999, a geração de postos de trabalho cresceu menos que a população em idade ativa, observando o oposto de 2000 em diante, quando assiste-se a um elevado crescimento do nível ocupacional, superior ao da população em idade ativa. Os diferentes ritmos de movimentos da PEA frente à evolução do nível ocupacional corroboram o argumento de que o crescimento da PEA é tanto maior, quanto mais elevada é a expectativa sobre as condições do mercado de trabalho. Esse raciocínio também pode ser empregado para o caso inverso: o desalento gerado pelas baixas expectativas

sobre o mercado de trabalho desincentiva a saída da inatividade.

Essa relação entre os comportamentos da PEA e da ocupação, porém, não pode ser tida como inexorável, pois uma limitada e precarizada geração de ocupações pode afetar as condições de vida das famílias e fazer com que pessoas, antes inativas, passem também a pressionar o mercado de trabalho, em busca de ocupação, para recompor a renda familiar. É possível que o comportamento notavelmente expansivo da PEA, em 2003, tenha se dado em decorrência dessas duas razões: de um lado, as mudanças políticas, vistas como positivas, e o crescimento ocupacional; e de outro, a redução de rendimentos e da qualidade das ocupações, afetando o rendimento familiar.

Entre as mutações da composição da PEA, dois fenômenos relacionados ao aumento do crescimento da PEA ao longo do tempo merecem destaque: o aumento da taxa de participação das mulheres e dos membros não-chefes. O aumento da inserção feminina no mercado de trabalho já foi apontado por vários estudos sobre a segunda metade do século XX. Pela PED, observa-se que no primeiro período, de 1996 a 1999, a taxa de participação feminina cresce de forma menos acelerada até 1999 (1,1% a. a.), evolui para um crescimento maior até 2002 (1,9% a. a.), e chega a atingir um crescimento de 4,3%, em 2003. Se em 1996, menos da metade (46,3%) das mulheres com 10 anos e mais estavam incorporadas à força de trabalho; em 2003, essa parcela salta para 53,1%. Já por posição no domicílio, observa-se também um aumento da inserção dos membros não-chefes de 49,6% para 55,2%, entre 1996 a 2003. Merece destaque, aqui o comportamento do cônjuge, que passava a pressionar mais o mercado de trabalho nos momentos mais adversos (1996-1999, e 2003), comportamento oposto ao dos filhos. Isso sugere que a entrada do cônjuge, geralmente do sexo feminino, se dava no momento em que a família mais precisava de ajuda no orçamento familiar, embora deva-se enfatizar que a redução da proporção de inativos nesses segmentos não esteja ligada, necessariamente, à fatores referentes à dinâmica do mercado de trabalho.

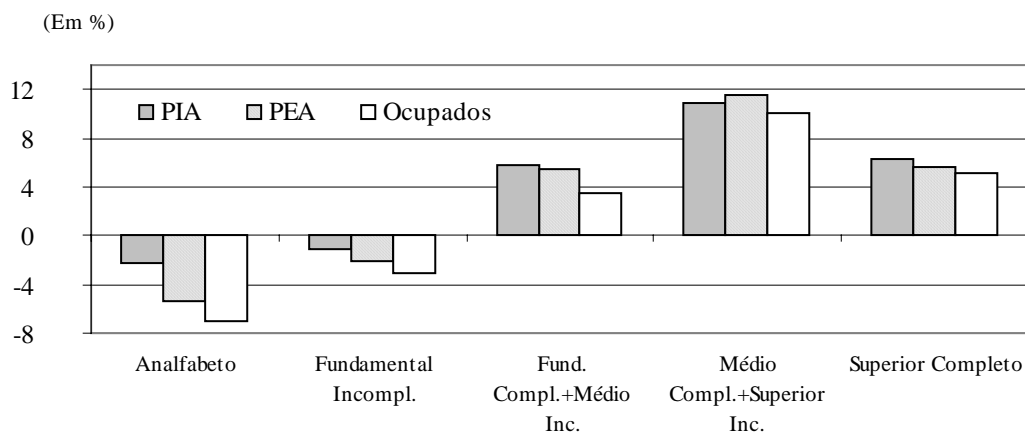
Uma das maiores contradições verificadas no período entre 1996 e 2002, é, de um lado, a declinante qualidade dos postos de trabalho gerados, principalmente no período em que mais predominou o trinômio terceirização, terciarização e desindustrialização (de 1997 a 1999), vista no item anterior; e do outro lado, a exigência pela maior escolaridade para preencher tais ocupações, o que é sugerido pelo Gráfico 3.

Embora a composição da PIA seja caracterizada no período inicial por uma maioria de pessoas de baixo nível de instrução (com ensino fundamental incompleto, ou mesmo, analfabetas), a ocupação cresceu apenas entre pessoas com nível de instrução maior, em especial, para as pessoas com ensino médio completo ou mais. Frente a esse contexto, é

visível o esforço de escolarização da sociedade. Na Grande Belo Horizonte, ainda nesse exemplo, a população adulta considerada analfabeta decrescia 2,3% a.a., enquanto que o contingente de pessoas com o ensino médio completo ou já com o superior inconcluso tinha incrementos de 11,0% a cada ano.

### Gráfico 3

**Variações anuais da Pop. em Idade Ativa, Pop. Economicamente Ativa, e ocupados, por nível de Instrução Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2002**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG (Tabela 9).

Elaboração própria.

A verificada eliminação de postos de trabalho entre os menos escolarizados, no entanto, acontecia numa velocidade muito superior que a redução dessa parcela da população, desestimulando muitos a permanecer na força de trabalho. Por outro lado, a limitada capacidade de geração de oportunidades de trabalho crescia aquém do volume adicional de pessoas que ingressavam na força de trabalho com o ensino fundamental completo ou tendo ainda mais escolaridade. O descompasso entre a maior escolarização da população e o baixo crescimento de postos de trabalho assumidos por pessoas com maior nível de instrução pode ser um dos fatores que levou a uma redução da taxa de participação dos indivíduos com o fundamental completo e médio incompleto, e entre aqueles com o superior completo.

#### IV. A mutação do perfil dos desempregados metropolitanos

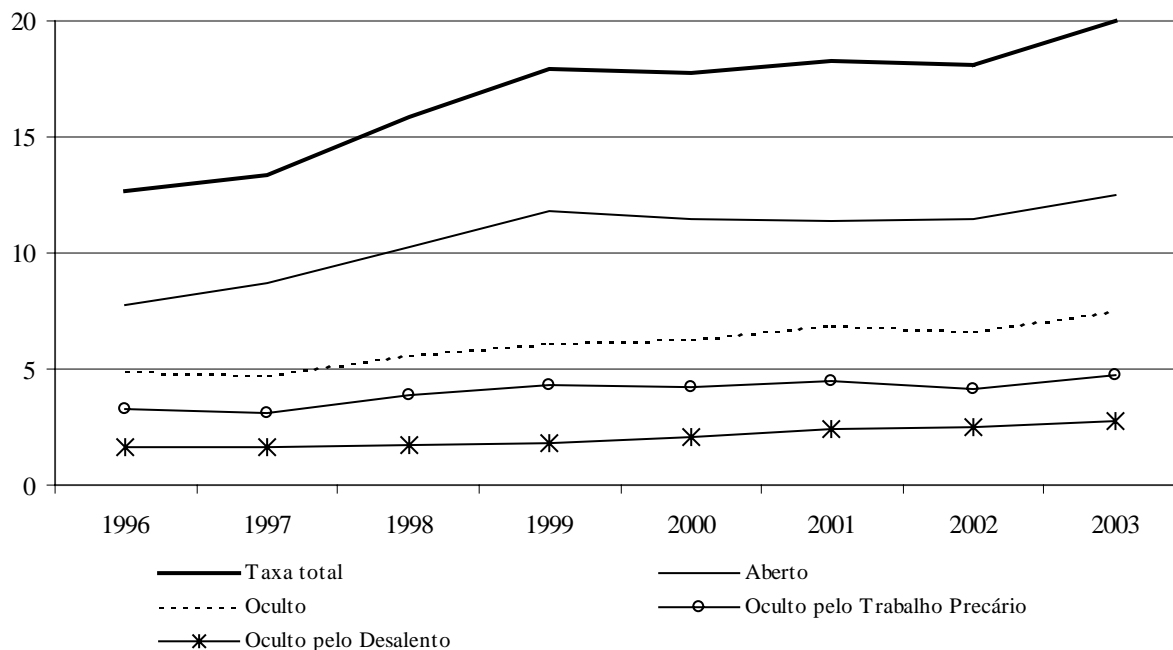
Desde que a PED começou a investigar o mercado de trabalho da Grande Belo Horizonte, até o momento, poucos foram os anos em que se verificou redução da taxa de desemprego, sendo que em nenhum deles houve melhora realmente expressiva. Pelo contrário, observou-se, tal como nas demais regiões metropolitanas, um período de elevação, até 1999, ao que se segue um estágio de estabilidade, só que num patamar mais elevado de desemprego. Essa estabilidade é rompida em 2003, com o aumento da taxa de desemprego,

em decorrência do grande crescimento da PEA.

Não é permitido dizer que houve uma mudança na composição do desemprego por tipo, pois tanto a forma aberta como os tipos ocultos de desemprego cresceram e mantiveram relativamente os mesmos pesos (Tabela 2). Essa manutenção de proporções entre a categoria de desemprego não implicou em um quadro imutável pelo tempo de procura. Como é de se imaginar, à medida em que se avoluma o contingente de pessoas à busca de trabalho, mais aumenta o tempo médio nessa situação, até que a oportunidade de se ocupar surja, ou mesmo, que saiam dessa situação por desistência. De fato, o tempo médio de procura tem-se mostrado o índice mais resistente à redução, pois mesmo nos anos de relativa melhora do mercado de trabalho, com redução da taxa de desemprego, o tempo médio de procura não deixou de aumentar. Como exemplo, tem-se o ano de 2002 em relação ao ano anterior. A redução da taxa de desemprego total de 18,3% para 18,1% aconteceu ao mesmo momento em que o tempo médio de procura elevasse de 56 para 58 semanas.

**Gráfico 4**  
**Taxa de desemprego, segundo o tipo**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em % da PEA)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG (Tabela 2).  
Elaboração própria.

O tempo médio de procura segundo o tipo de desemprego sugere o nível mais precário das categorias ocultas de desemprego e a dificuldade classificadas nessas formas em encontrar ocupação. Mas mesmo as pessoas desempregadas no tipo aberto enfrentaram dificuldades crescentes, na medida em que o tempo de procura dobrou entre 1996 e 2003.

Por atributos pessoais, constata-se que a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, bem como os membros não-chefes de domicílios, não ocasionou a entrada imediata dessas pessoas no contingente de ocupados. Embora tenha sido generalizado, o aumento do desemprego, durante todo o período analisado, foi mais intenso entre as mulheres e entre os cônjuges, aumentando as assimetrias e as condições desiguais já observadas no período inicial.

### **Conclusão**

No primeiro período estudado (1996-1999) tinha-se que o desemprego agravava a cada ano, com redução da qualidade dos postos de trabalho existentes e redução de rendimento. Três fenômenos manifestaram-se de forma exuberante nessa fase: a desindustrialização, pela redução de postos de trabalho na indústria; a terciarização, pelo inchaço do setor de serviços, e a terceirização, pelo aumento absoluto e relativo de postos de trabalho assalariados por subcontratação e aumento dos autônomos que trabalhavam para empresas.

No segundo momento (2000-2002), e também em 2003, a ocupação passou a crescer mais que a PIA, ainda que de forma lenta. Deve-se ressaltar que a manutenção dessas diferenças de ritmos, se mantida indefinidamente, poder-se-ia gerar uma situação, hoje inusitada, de carência de mão-de-obra e pleno emprego.

Merece atenção o fato de que o crescimento de postos de trabalho não fez reduzir o desemprego, como o esperado, devido ao aumento expressivo da PEA, pois mudanças comportamentais da população adulta, por vezes nem sempre relacionadas ao mercado de trabalho, ocorreram nesse período, reduzindo a proporção de inativos adultos. Por se tratar de um aumento da proporção da PIA, é de se esperar que esse fenômeno se esgote mais adiante, o que poderia acontecer mais rapidamente, se se estancasse o ritmo de deterioração dos postos de trabalhos.

A inflexão do ritmo de crescimento do nível ocupacional, ainda sobre o período 2000-2002, deu-se em uma fase de baixa performance econômica, e sem acompanhamento de qualquer política pública de vulto com o objetivo de combate ao desemprego. Longe de ser uma tempo tranquilo, vivenciou-se graves problemas de infra-estrutura, como a energética, e o Brasil teve de lidar com um ambiente geopolítico instável, marcado pelo desfecho da crise argentina, o 11 de setembro e suas implicações. A mudança de comportamento do mercado de trabalho, na ausência de um quadro econômico mais alentador, sugere que a elasticidade

emprego-produto tenha aumentado com a mudança de regime macroeconômico<sup>3</sup>.

Deve-se ter que as tendências pós-1999 provavelmente melhorariam, daqui por diante, com o crescimento sustentado da economia e o redirecionamento da agenda política para a questão do emprego e renda. Quanto à aventura cambial do final do século passado, uma das causas da política desastrosa de desemprego, espera-se que se faça parte de um mundo já findo.

### **Referências bibliográficas**

- BARELLI, Walter, TROYANO, Annez Andraus. Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego na Região Metropolitana de São Paulo: População Economicamente Ativa e Situação Ocupacional. In III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1982, **Anais...** ABEP, 1982, v. 1, p. 11-29. (<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/T82V1A001.pdf>).
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PED/RMBH. Resultados do ano de 2003. v. 1, n. 1, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2004.
- OLIVEIRA, André Mourthé de, NETO, Antonio Carvalho. Análise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 1995 a 2001. In XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, **Anais...** Ouro Preto, Minas Gerais: ABEP, 2002.
- RAMOS, Carlos Alberto. O emprego nos anos 1990: O regime macroeconômico importa?. In Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise. N° 22. Rio de Janeiro: IPEA. Novembro de 2003. p. 11-14.
- TROYANO, Annez Andraus, MATTOSO, Jorge E. L. & HOFFMANN, Marise P. O Emprego: Dimensões da Crise. In IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, out/1984, **Anais...** Águas de São Pedro, São Paulo: ABEP, 1984, v. 3, p. 1383-1413. (<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V03A07.pdf>).

---

<sup>3</sup> Essa visão é compartilhada por Carlos Ramos, que analisando o mercado de trabalho metropolitano com dados da PME-FIBGE, entre 1990 e 2002, apontou quebra da curva de crescimento do emprego formal, em 1999, e concluiu que “Uma atenta leitura do acontecido nos anos 1990 nos induz a pensar que o pessimismo das elasticidades, muito usual nesses anos, deve ser visto com cautela” (RAMOS, 2003: 14).

## Anexo

### Quadro 1 – Principais conceitos da PED

**PIA** - População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

**PEA**- População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

**OCUPADOS** - são os indivíduos que:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

**DESEMPREGADOS** - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

a) Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

b) Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que realizam de forma irregular algum

trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás;

c) Desemprego Oculto pelo Desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

**Tabela 1 – Médias anuais das taxas de desemprego total Distrito Federal e regiões metropolitanas, 1988-2003**

Anos	São Paulo	Distrito Federal	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Belém	Curitiba
1988	9,7				15,7			
1989	8,7						10,8	
1990	10,3						10,4	
1991	11,7						10,6	
1992	15,2	15,6					11,4	
1993	14,6	15,1	12,2					
1994	14,2	14,6	11,3					
1995	13,2	15,7	10,7					10,8
1996	15,1	16,8	13,1	12,7				13,0
1997	16,0	18,1	13,5	13,4	21,6			14,2
1998	18,3	19,4	15,8	15,9	24,9	21,6		
1999	19,3	21,6	19,0	18,0	27,8	22,0		
2000	17,6	19,6	16,7	17,8	26,6	20,7		
2001	17,6	20,0	14,9	18,3	27,5	21,1		
2002	19,0	20,3	15,4	18,1	27,3	20,4		
2003	19,9	22,9	16,7	20,0	28,1	23,2		

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs.: Médias anuais obtidas pela média simples das taxas de desemprego trimestrais. Elaboração própria.

**Tabela 2 – Estimativas médias da população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA) e inativos; e taxas de desemprego e participação Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Estimativas Populacionais e taxas (Em mil pessoas)	Período							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PIA	3.111	3.201	3.295	3.391	3.489	3.585	3.683	3.783
PEA	1.764	1.853	1.898	1.940	2.013	2.094	2.166	2.285
Ocupados	1.540	1.605	1.596	1.593	1.655	1.711	1.774	1.828
Desempregados	224	248	302	347	358	383	392	457
Aberto	138	161	196	229	231	239	249	286
Oculto	86	87	106	118	127	144	143	171
Pelo Trabalho Precário	58	57	74	83	85	94	89	107
Pelo Desalento	28	30	32	35	42	50	54	64
Inativos	1.347	1.348	1.397	1.451	1.476	1.491	1.517	1.498
(Em %)								
Taxa de participação	56,7	57,9	57,6	57,2	57,7	58,4	58,8	60,4
Taxa de desemprego total	12,7	13,4	15,9	17,9	17,8	18,3	18,1	20,0
Aberto	7,8	8,7	10,3	11,8	11,5	11,4	11,5	12,5
Oculto	4,9	4,7	5,6	6,1	6,3	6,9	6,6	7,5
Pelo Trabalho Precário	3,3	3,1	3,9	4,3	4,2	4,5	4,1	4,7
Pelo Desalento	1,6	1,6	1,7	1,8	2,1	2,4	2,5	2,8
Variações de Estimativas	Variações absolutas e em percentual médias ao ano							
Populacionais e taxas	1999/1996		2002/1999		2003/2002		2003/1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PIA	93	2,9	97	2,8	100	2,7	96	2,8
PEA	59	3,2	75	3,7	119	5,5	74	3,8
Ocupados	18	1,1	60	3,7	54	3,0	41	2,5
Desempregados	41	15,7	15	4,1	65	16,6	33	10,7
Aberto	30	18,4	7	2,8	37	14,9	21	11,0
Oculto	11	11,1	8	6,6	28	19,6	12	10,3
Pelo Trabalho Precário	8	12,7	2	2,4	18	20,2	7	9,1
Pelo Desalento	2	7,7	6	15,6	10	18,5	5	12,5
Inativos	35	2,5	22	1,5	-19	-1,3	22	1,5
Taxa de participação	0,2	0,3	0,5	0,9	1,6	2,7	0,5	0,9
Taxa de desemprego total	1,7	12,1	0,1	0,4	1,9	10,5	1,0	6,7
Aberto	1,3	14,8	-0,1	-0,9	1,0	8,7	0,7	7,0
Oculto	0,4	7,6	0,2	2,7	0,9	13,6	0,4	6,3
Pelo Trabalho Precário	0,3	9,2	-0,1	-1,6	0,6	14,6	0,2	5,2
Pelo Desalento	0,1	4,0	0,2	11,6	0,3	12,0	0,2	8,3

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.  
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.  
Elaboração própria.



**Tabela 3 – Distribuição dos ocupados, segundo setor e subsetores de atividade, e variações anuais Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Setor e Ramo de Atividade	Período							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Ocupados (em mil)</b>	<b>1.540</b>	<b>1.605</b>	<b>1.596</b>	<b>1.593</b>	<b>1.655</b>	<b>1.711</b>	<b>1.774</b>	<b>1.828</b>
Indústria	248	258	244	229	240	252	257	265
Moderna	111	127	115	105	111	120	115	118
Tradicional	137	132	129	124	129	132	142	147
Comércio	233	246	244	239	248	258	273	274
Serviços	918	950	957	978	1.029	1.064	1.108	1.159
Produtivos e governo	316	322	332	336	364	376	387	406
Pessoais	453	472	470	481	503	511	533	556
Sociais	149	156	155	161	162	177	188	197
Construção civil	126	136	137	132	124	123	123	117
Outros Setores	15	15	15	15	14	14	13	13
	Variações absolutas e em percentual médias ao ano							
Setor e Ramo de Atividade	1999/1996		2002/1999		2003/2002		2003/1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Ocupados</b>	18	1,1	60	3,7	54	3,0	41	2,5
Indústria	-6	-2,6	9	3,9	8	3,1	2	1,0
Moderna	-2	-1,8	3	3,0	3	2,6	1	0,9
Tradicional	-4	-3,2	6	4,6	5	3,5	1	1,0
Comércio	2	0,8	11	4,5	1	0,4	6	2,3
Serviços	20	2,1	43	4,2	51	4,6	34	3,4
Produtivos e governo	7	2,1	17	4,8	19	4,9	13	3,6
Pessoais	9	2,0	17	3,5	23	4,3	15	3,0
Sociais	4	2,6	9	5,3	9	4,8	7	4,1
Construção civil	2	1,6	-3	-2,4	-6	-4,9	-1	-1,1
Outros Setores	0	0,0	-1	-4,7	0	0,0	0	-2,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: A agregação dos subsetores apresenta a seguinte composição: Indústria Moderna: Metal-Mecânica, Química, Farmacêutica e Plásticos; Indústria Tradicional: Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, Alimentação, Gráficas e Editoras, Indústria Extrativa Mineral, Outras Indústrias; Serviços Produtivos e Governo: Transporte e Armazenagem, Serviços de Utilidade Pública, Serviços Especializados, Serviços Creditícios e Financeiros, Auxiliares; Serviços Pessoais: Oficinas de Reparação Mecânica, Reparação e Limpeza, Serviços Domésticos, Serviços de Alimentação, Outros Serviços; Serviços Sociais: Educação, Saúde.

Elaboração própria.

**Tabela 4 – Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Posição na Ocupação	Período							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Ocupados (em mil)</b>	<b>1.540</b>	<b>1.605</b>	<b>1.596</b>	<b>1.593</b>	<b>1.655</b>	<b>1.711</b>	<b>1.774</b>	<b>1.828</b>
<b>Assalariados Total (1)</b>	<b>969</b>	<b>995</b>	<b>991</b>	<b>978</b>	<b>1.025</b>	<b>1.073</b>	<b>1.130</b>	<b>1.148</b>
Assalariados Setor Privado	756	790	792	777	813	859	908	918
Subcontratados	43	51	53	53	53	50	50	60
Demais	713	739	739	724	760	809	858	858
Com Carteira Assinada	605	636	637	623	649	693	711	722
Sem Carteira Assinada	151	154	155	154	164	166	197	196
Assalariados Setor Público	211	204	198	201	210	212	222	230
<b>Autônomo</b>	<b>291</b>	<b>318</b>	<b>321</b>	<b>334</b>	<b>341</b>	<b>356</b>	<b>357</b>	<b>378</b>
que Trabalha para o Público	222	249	243	256	260	274	275	283
que Trabalha para Empresa	69	69	78	78	81	82	82	95
<b>Empregadores</b>	<b>82</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>76</b>	<b>81</b>	<b>75</b>	<b>85</b>	<b>88</b>
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>154</b>	<b>162</b>	<b>161</b>	<b>161</b>	<b>162</b>	<b>164</b>	<b>168</b>	<b>168</b>
Mensalista	125	132	129	129	132	132	136	132
Diarista	29	30	32	32	30	32	32	36
<b>Demais</b>	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>46</b>	<b>43</b>	<b>34</b>	<b>46</b>

Posição na Ocupação	Variações absolutas e em percentual médias ao ano							
	1999/1996		2002/1999		2003/2002		2003/1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Ocupados</b>	18	1,1	60	3,7	54	3,0	41	2,5
<b>Assalariados Total (1)</b>	<b>3</b>	<b>0,3</b>	<b>51</b>	<b>4,9</b>	<b>18</b>	<b>1,6</b>	<b>26</b>	<b>2,5</b>
Assalariados Setor Privado	7	0,9	44	5,3	10	1,1	23	2,8
Subcontratados	3	7,1	-1	-1,8	10	20,0	2	4,9
Demais	4	0,5	45	5,8	0	0,0	21	2,7
Com Carteira Assinada	6	1,0	29	4,5	11	1,5	17	2,6
Sem Carteira Assinada	1	0,7	14	8,6	-1	-0,5	6	3,8
Assalariados Setor Público	-3	-1,7	7	3,4	8	3,6	3	1,2
<b>Autônomo</b>	<b>14</b>	<b>4,7</b>	<b>8</b>	<b>2,2</b>	<b>21</b>	<b>5,9</b>	<b>12</b>	<b>3,8</b>
que Trabalha para o Público	11	4,9	6	2,4	8	2,9	9	3,5
que Trabalha para Empresa	3	4,2	1	1,7	13	15,9	4	4,7
<b>Empregadores</b>	<b>-2</b>	<b>-2,3</b>	<b>3</b>	<b>3,6</b>	<b>3</b>	<b>3,5</b>	<b>1</b>	<b>1,0</b>
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>
Mensalista	1	1,1	2	1,8	-4	-2,9	1	0,8
Diarista	1	3,2	0	0,1	4	12,5	1	3,1
<b>Demais</b>	<b>-1</b>	<b>-1,5</b>	<b>-3</b>	<b>-7,5</b>	<b>12</b>	<b>35,3</b>	<b>0</b>	<b>0,3</b>

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração própria.

**Tabela 5 – Distribuição dos ocupados, segundo categoria ocupacional  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Categoria ocupacional	Período							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Ocupados (em mil)</b>	<b>1.540</b>	<b>1.605</b>	<b>1.596</b>	<b>1.593</b>	<b>1.655</b>	<b>1.711</b>	<b>1774</b>	<b>1.828</b>
<b>Direção e Planejamento</b>	<b>253</b>	<b>254</b>	<b>247</b>	<b>228</b>	<b>247</b>	<b>246</b>	<b>261</b>	<b>263</b>
Empresários, Diretores e Gerentes	154	146	137	113	124	121	121	122
Planejamento e Organização	99	108	110	115	122	125	140	141
<b>Execução</b>	<b>838</b>	<b>872</b>	<b>876</b>	<b>886</b>	<b>909</b>	<b>939</b>	<b>967</b>	<b>993</b>
Qualificadas de execução	148	151	160	164	166	180	177	194
Semi qualificadas de execução	468	490	493	505	521	541	569	579
Não qualificadas de execução	222	231	223	217	222	219	220	219
<b>Apoio</b>	<b>311</b>	<b>319</b>	<b>311</b>	<b>323</b>	<b>336</b>	<b>352</b>	<b>365</b>	<b>386</b>
Não Operacionais de apoio	103	108	107	110	119	127	137	139
Serviços de escritório	100	100	89	92	93	96	98	99
Serviços gerais	108	112	115	121	124	130	131	148
<b>Mal Definidas</b>	<b>139</b>	<b>161</b>	<b>161</b>	<b>156</b>	<b>164</b>	<b>173</b>	<b>181</b>	<b>186</b>

Categoria ocupacional	Variações absolutas e em percentual médias ao ano							
	1999/1996		2002/1999		2003/2002		2003/1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Ocupados</b>	<b>18</b>	<b>1,1</b>	<b>60</b>	<b>3,7</b>	<b>54</b>	<b>3,0</b>	<b>41</b>	<b>2,5</b>
<b>Direção e Planejamento</b>	<b>-8</b>	<b>-3,4</b>	<b>11</b>	<b>4,6</b>	<b>2</b>	<b>0,9</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>
Empresários, Diretores e Gerentes	-14	-9,8	3	2,2	2	1,5	-5	-3,2
Planejamento e Organização	5	5,2	8	6,9	1	0,4	6	5,2
<b>Execução</b>	<b>16</b>	<b>1,9</b>	<b>27</b>	<b>3,0</b>	<b>26</b>	<b>2,7</b>	<b>22</b>	<b>2,5</b>
Qualificadas de execução	5	3,5	4	2,6	16	9,2	7	3,9
Semi qualificadas de execução	12	2,6	21	4,1	10	1,8	16	3,1
Não qualificadas de execução	-2	-0,8	1	0,5	-1	-0,3	0	-0,2
<b>Apoio</b>	<b>4</b>	<b>1,3</b>	<b>14</b>	<b>4,2</b>	<b>20</b>	<b>5,5</b>	<b>11</b>	<b>3,1</b>
Não Operacionais de apoio	2	2,1	9	7,5	2	1,7	5	4,3
Serviços de escritório	-3	-2,6	2	1,8	1	1,2	0	-0,2
Serviços gerais	4	3,9	3	2,7	17	12,8	6	4,6
<b>Mal Definidas</b>	<b>6</b>	<b>4,0</b>	<b>8</b>	<b>5,0</b>	<b>6</b>	<b>3,0</b>	<b>7</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria..

**Tabela 6 – Evolução do rendimento real dos ocupados, segundo posição na ocupação  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em R\$ de dezembro de 2003)

Posição na Ocupação	Períodos				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>Total de Ocupados</b>	<b>875</b>	<b>778</b>	<b>769</b>	<b>700</b>	<b>-3,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>-9,0</b>	<b>-3,1</b>
<b>Assalariados (1)</b>	<b>860</b>	<b>815</b>	<b>799</b>	<b>723</b>	<b>-1,8</b>	<b>-0,7</b>	<b>-9,5</b>	<b>-2,4</b>
Setor Privado	732	691	671	610	-1,9	-1,0	-9,1	-2,6
Subcontratados	432	481	453	434	3,6	-2,0	-4,2	0,1
Com Carteira Assinada	794	740	720	663	-2,3	-0,9	-7,9	-2,5
Sem Carteira Assinada	467	470	479	394	0,2	0,6	-17,7	-2,4
Setor Público	1.314	1.282	1.307	1.169	-0,8	0,6	-10,6	-1,7
<b>Autônomo</b>	<b>797</b>	<b>661</b>	<b>626</b>	<b>531</b>	<b>-6,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-15,2</b>	<b>-5,6</b>
que Trabalha para o Público	727	602	542	464	-6,1	-3,4	-14,4	-6,2
que Trabalha para Empres.	1.009	847	889	714	-5,7	1,6	-19,7	-4,8
<b>Empregadores</b>	<b>2.447</b>	<b>2.137</b>	<b>1.952</b>	<b>1.938</b>	<b>-4,4</b>	<b>-3,0</b>	<b>-0,7</b>	<b>-3,3</b>
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>254</b>	<b>262</b>	<b>265</b>	<b>253</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>	<b>-4,5</b>	<b>-0,1</b>
Mensalista	243	266	279	271	3,1	1,6	-2,9	1,6
Diarista	299	245	210	192	-6,4	-5,0	-8,6	-6,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPCA - BH (IPEAD).

**Tabela 7 – Evolução do rendimento real dos ocupados, segundo categoria ocupacional  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em R\$ de dezembro de 2003)

Categoria Ocupacional	Anos				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>Ocupados</b>	<b>875</b>	<b>778</b>	<b>769</b>	<b>700</b>	<b>-3,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>-9,0</b>	<b>-3,1</b>
<b>Direção e Planejamento</b>	<b>2.230</b>	<b>2.162</b>	<b>2.025</b>	<b>1.946</b>	<b>-1</b>	<b>-2,2</b>	<b>-3,9</b>	<b>-1,9</b>
Empresários, Diretores e Gerentes	2.099	2.029	1.907	1.990	-1,1	-2	4,4	-0,8
Planejamento e Organização	2.416	2.266	2.116	1.912	-2,1	-2,3	-9,6	-3,3
<b>Execução</b>	<b>669</b>	<b>626</b>	<b>619</b>	<b>559</b>	<b>-2,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>-9,7</b>	<b>-2,5</b>
Qualificadas de execução	1.056	976	931	813	-2,6	-1,6	-12,7	-3,7
Semi qualificadas de execução	735	676	659	590	-2,8	-0,8	-10,5	-3,1
Não qualificadas de execução	294	291	305	295	-0,3	1,6	-3,3	0
<b>Apoio</b>	<b>645</b>	<b>614</b>	<b>615</b>	<b>544</b>	<b>-1,6</b>	<b>0,1</b>	<b>-11,5</b>	<b>-2,4</b>
Não Operacionais de apoio	765	787	763	691	0,9	-1	-9,4	-1,4
Serviços de escritório	902	840	849	768	-2,3	0,4	-9,5	-2,3
Serviços gerais	314	321	320	298	0,7	-0,1	-6,9	-0,7
<b>Mal Definidas</b>	<b>453</b>	<b>393</b>	<b>385</b>	<b>306</b>	<b>-4,6</b>	<b>-0,7</b>	<b>-20,5</b>	<b>-5,5</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPCA - BH (IPEAD).

**Tabela 8– Evolução do rendimento real dos ocupados, segundo atributos pessoais  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em R\$ de dezembro de 2003)

Atributos	Anos				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>Pessoais</b>	<b>875</b>	<b>778</b>	<b>769</b>	<b>700</b>	<b>-3,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>-9,0</b>	<b>-3,1</b>
<b>Ocupados</b>								
<b>Sexo</b>								
Homens	1.048	924	904	844	-4,1	-0,7	-6,6	-3
Mulheres	658	609	614	541	-2,5	0,3	-11,9	-2,8
<b>Posição no Domicílio</b>								
Chefe	1.211	1.049	1.011	923	-4,7	-1,2	-8,7	-3,8
Demais	626	577	577	519	-2,7	0	-10,1	-2,6
Cônjuge	777	696	686	584	-3,6	-0,5	-14,9	-4
Filho	570	525	514	476	-2,7	-0,7	-7,4	-2,5
Outros	515	484	534	488	-2	3,3	-8,6	-0,8
<b>Cor</b>								
Branca	1.093	927	971	863	-5,3	1,6	-11,1	-3,3
Não branca	643	655	655	596	0,6	0	-9	-1,1
<b>Faixa Etária</b>								
10 a 14 anos	125	(1)	(1)	(1)	-120	-	-	-
15 a 17 anos	222	206	187	181	-2,5	-3,2	-3,2	-2,9
18 a 24 anos	456	414	403	385	-3,2	-0,9	-4,5	-2,4
25 a 39 anos	935	827	779	701	-4	-2	-10	-4
40 a 59 Anos	1.217	1.055	1.035	934	-4,7	-0,6	-9,8	-3,7
60 Anos e Mais	933	833	975	834	-3,7	5,4	-14,5	-1,6
<b>Nível de Instrução</b>								
Analfabeto	328	318	306	277	-1	-1,3	-9,5	-2,4
Fundamental Incompl.	488	458	434	396	-2,1	-1,8	-8,8	-2,9
Fund. Compl.+Médio Inc.	720	552	532	478	-8,5	-1,2	-10,2	-5,7
Médio Compl.+Superior Inc.	1.166	919	801	708	-7,6	-4,5	-11,6	-6,9
Superior Completo	2.548	2.299	2.191	2.001	-3,4	-1,6	-8,7	-3,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPCA - BH (IPEAD).

**Tabela 9 – Distribuição da PIA, PEA e ocupados, segundo nível de instrução  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Especificações	Período				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>Total PIA (em mil)</b>	<b>3.111</b>	<b>3.391</b>	<b>3.683</b>	<b>3.783</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>2,8</b>
Analfabeto	165	149	144	148	-3,3	-1,3	2,7	-1,6
Fundamental Incompl.	1.758	1.733	1.639	1.630	-0,5	-1,8	-0,5	-1,1
Fund. Compl.+Médio Inc.	495	641	692	711	9,0	2,6	2,7	5,3
Médio Compl.+Superior Inc.	492	631	917	987	8,7	13,3	7,7	10,5
Superior Completo	202	237	291	306	5,5	7,0	5,3	6,1
<b>Total PEA (em mil)</b>	<b>1.764</b>	<b>1.940</b>	<b>2.166</b>	<b>2.285</b>	<b>3,2</b>	<b>3,7</b>	<b>5,5</b>	<b>3,8</b>
Analfabeto	50	41	36	37	-6,6	-4,1	3,9	-4,1
Fundamental Incompl.	863	823	757	774	-1,6	-2,7	2,3	-1,5
Fund. Compl.+Médio Inc.	317	415	435	466	9,4	1,6	7,1	5,6
Médio Compl.+Superior Inc.	362	465	700	753	8,7	14,6	7,7	11
Superior Completo	172	196	238	251	4,5	6,6	5,4	5,6
<b>Total ocupados (em mil)</b>	<b>1.540</b>	<b>1.592</b>	<b>1.774</b>	<b>1.828</b>	<b>1,1</b>	<b>3,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2,5</b>
Analfabeto	45	34	29	30	-8,7	-5,3	1,0	-5,9
Fundamental Incompl.	732	652	605	595	-3,8	-2,5	-1,7	-2,9
Fund. Compl.+Médio Inc.	270	322	333	342	6,1	1,1	2,9	3,5
Médio Compl.+Superior Inc.	329	397	584	623	6,5	13,7	6,8	9,5
Superior Completo	165	186	223	237	4,0	6,3	6,3	5,3

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria.

**Tabela 10 – Taxas de participação na PEA, segundo atributos pessoais  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em %)

Atributos Pessoais	Período				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>TOTAL</b>	<b>56,7</b>	<b>57,2</b>	<b>58,8</b>	<b>60,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,9</b>	<b>2,7</b>	<b>0,9</b>
<b>Sexo</b>								
Homens	68,1	67,4	67,8	68,5	-0,3	0,2	1,0	0,1
Mulheres	46,5	48,1	50,9	53,1	1,1	1,9	4,3	1,9
<b>Cor</b>								
Branca	55,3	56,4	58,4	59,5	0,7	1,2	1,9	1,1
Não branca	58,2	57,9	59,0	60,9	-0,2	0,6	3,2	0,6
<b>Posição no Domicílio</b>								
Chefe	72,6	70,6	70,1	70,5	-0,9	-0,2	0,6	-0,4
Demais	49,6	51,0	53,1	55,2	0,9	1,4	4,0	1,5
Cônjuge	45,2	48,3	51,3	54,6	2,2	2,0	6,4	2,7
Filho	49,9	51,0	53,6	55,4	0,7	1,7	3,4	1,5
Outros	58,1	56,9	55,5	55,4	-0,7	-0,8	-0,2	-0,7
<b>Faixa Etária</b>								
De 10 a 14 Anos	7,4	4,1	3,8	4,6	-17,9	-2,5	21,1	-6,6
De 15 a 17 Anos	39,2	36,5	32,2	38,2	-2,4	-4,1	18,6	-0,4
De 18 a 24 Anos	72,5	74,8	76,6	77,5	1,0	0,8	1,2	1,0
De 25 a 39 Anos	78,2	79,8	81,3	83	0,7	0,6	2,1	0,9
De 40 a 59 Anos	65,9	64,9	66,9	67,7	-0,5	1,0	1,2	0,4
De 60 Anos e Mais	17	15,8	16,9	18,3	-2,4	2,3	8,3	1,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria.

**Tabela 11 – Taxas de desemprego total, segundo atributos pessoais  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em %)

Atributos Pessoais	Período				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>TOTAL</b>	<b>12,7</b>	<b>17,9</b>	<b>18,1</b>	<b>20,0</b>	<b>12,1</b>	<b>0,4</b>	<b>10,5</b>	<b>6,7</b>
<b>Sexo</b>								
Homens	11,5	15,9	15,7	17,1	11,4	-0,4	8,9	5,8
Mulheres	14,2	20,4	20,8	23,3	12,8	0,6	12,0	7,3
<b>Cor</b>								
Branca	10,8	16,3	15,6	16,7	14,7	-1,5	7,1	6,4
Não branca	14,5	19,4	19,5	21,9	10,2	0,2	12,3	6,1
<b>Posição no Domicílio</b>								
Chefe	6,8	10,1	10,1	11,3	14,1	0,0	11,9	7,5
Demais	16,5	23	23,4	25,7	11,7	0,6	9,8	6,5
Cônjuge	10,9	16,9	17,8	20,3	15,7	1,7	14,0	9,3
Filho	20,3	27,3	27,1	29,4	10,4	-0,2	8,5	5,4
Outros	13,2	19	20,9	23,4	12,9	3,2	12,0	8,5
<b>Faixa Etária</b>								
De 10 a 14 Anos	42,0	48,4	51,7	51,9	4,8	2,2	0,4	3,1
De 15 a 17 Anos	34,0	44,4	51,1	55,9	9,3	4,8	9,4	7,4
De 18 a 24 Anos	19,2	28,3	28,3	30,4	13,8	0,0	7,4	6,8
De 25 a 39 Anos	9,9	14,5	14,9	16,4	13,6	0,9	10,1	7,5
De 40 Anos e mais	5,7	9,2	9,8	11,4	17,3	2,1	16,3	10,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria.

**Tabela 12 – Tempo de procura dos desempregados, segundo atributos pessoais  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

(Em semanas)

Atributos Pessoais	Período				Variações em percentual médias ao ano			
	1996	1999	2002	2003	1999/1996	2002/1999	2003/2002	2003/1996
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>46</b>	<b>58</b>	<b>63</b>	<b>12,9</b>	<b>8,0</b>	<b>8,6</b>	<b>10,2</b>
<b>Sexo</b>								
Homens	31	44	55	59	12,4	7,7	7,3	9,6
Mulheres	34	47	61	65	11,4	9,1	6,6	9,7
<b>Cor</b>								
Branca	34	46	56	62	10,6	6,8	10,7	9,0
Não branca	31	46	59	63	14,1	8,7	6,8	10,7
<b>Faixa Etária</b>								
De 10 a 14 Anos	19	25	26	28	9,6	1,3	7,7	5,7
De 15 a 17 Anos	24	35	40	37	13,4	4,6	-7,5	6,4
De 18 a 24 Anos	28	41	50	53	13,6	6,8	6,0	9,5
De 25 a 39 Anos	36	49	65	70	10,8	9,9	7,7	10,0
De 40 Anos e mais	47	60	79	87	8,5	9,6	10,1	9,2
<b>Nível de Instrução</b>								
Analfabeto	27	51	70	91	23,6	11,1	30,0	19,0
Fundamental Incompl.	30	44	62	67	13,6	12,1	8,1	12,2
Fund. Compl.+Médio Inc.	32	45	56	56	12,0	7,6	0,0	8,3
Médio Compl.+Superior Inc.	40	49	55	60	7,0	3,9	9,1	6,0
Superior Completo	47	53	50	64	4,1	-1,9	28,0	4,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria.

**Tabela 13 – Classes de tempo de procura de trabalho dos desempregados  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1996-2003**

Classes de Tempo de Procura de Trabalho	Período								
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
<b>Média (em semanas)</b>									
Desemprego total	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>56</b>	<b>58</b>	<b>63</b>	
Desemprego aberto	27	29	34	41	48	49	51	54	
Desemprego com bico	37	35	42	52	64	67	69	77	
Desemprego por desalento	47	49	48	58	69	70	72	78	
<b>Faixas de tempo de procura (Em %)</b>									
Até 7 dias	2,4	2,6	1,4	(1)	1,2	1,1	(1)	(1)	
Mais de 7 a 30 dias	17,0	16,5	13,4	9,5	9,8	10,6	8,6	8,1	
Mais de 1 a 2 meses	15,0	15,5	14,0	10,1	8,9	9,2	8,8	8,5	
Mais de 2 a 3 meses	11,4	12,7	11,0	9,2	7,8	7,7	7,6	7,8	
Mais de 3 a 6 meses	22,3	19,7	21,1	19,4	16,5	17,4	17,8	16,3	
Mais de 6 a 12 meses	20,0	20,9	24,0	29,8	28,6	25,8	26,6	27,3	
Mais de 1 ano	11,9	12,1	15,1	21,0	27,2	28,2	29,9	31,4	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG  
Elaboração própria.